



ÁREA TEMÁTICA: Cidades, Campos e Territórios

Paradoxos do subúrbio do Rio de Janeiro: a força da sociabilidade sociável na vizinhança

RIBEIRO, Ana Paula P. G. Alves

Doutoranda em Saúde Coletiva e Mestre em Ciências Sociais

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

anapalvesribeiro@gmail.com

ZALUAR, Alba

Professora Titular de Antropologia

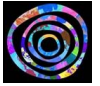
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

amz84@globo.com

Resumo

Agregando dados etnográficos e os da recente pesquisa domiciliar de Vitimização, discute-se porque que poucos moradores, mesmo vítimas de crime e de perdas de pessoas próximas assassinadas, querem mudar-se da vizinhança, do bairro ou da cidade. Isso varia por idade, naturalidade e local de moradia. O que prende os moradores à cidade, ao bairro e à vizinhança em proporções diferenciadas? Apesar dos altos índices de criminalidade violenta, os moradores têm percentuais menores que 20% de desconfiança ou desconhecimento de vizinhos. A boa convivência tem proporções maiores nas áreas em que vivem os pobres, sendo que a mais populosa corresponde aos subúrbios da cidade. Os pretos têm percentuais mais altos de boa convivência do que os pardos e brancos; os mais jovens e os mais velhos idem. No caso dos mais jovens, isso se explicaria pelas atividades de lazer. Mas não explica porque tal convivência sociável é maior nos subúrbios que carecem de áreas de lazer. Como explicar este paradoxo? O tráfico de drogas violento afeta a vida social e cultural da região. Mas a guerra não altera tudo e, onde a vizinhança tem papel fundamental, relações comunitárias ficam fortalecidas.

Palavras-chave: Associativismo; comunidade; vizinhança, violência; políticas sociais





Introdução

Entre os anos de 2005 e 2007, o Núcleo de Pesquisas das violências, apoiado financeira e logisticamente pelo Instituto Pereira Passos e pelo CNPq, aplicou cerca de 3.500 questionários sobre vários tipos de vitimização aos moradores da cidade do Rio de Janeiro e posteriormente mais 700 questionários com moradores de favelas da cidade do Rio de Janeiro. Além de traçar um perfil de vitimizados pela violência urbana em diversas áreas da cidade e apontar a especificidade dos tipos de vitimização – agressão física, agressão sexual, roubo, furto, entre outros - muitos desses dados trouxeram-nos reflexões sobre o espaço urbano, a relação da população com o local onde vive, o que configura uma vizinhança e como configura suas relações.

Algumas perguntas surgiram da análise dos dados da pesquisa: o que prende os moradores à cidade, ao bairro e à vizinhança pobre em proporções maiores, se a oferta, distribuição e manutenção de equipamentos urbanos não é a mesma em todo município, favorecendo as áreas onde vivem os mais prósperos? A boa convivência tem proporções maiores nas áreas em que vivem os pobres, sendo que a mais populosa corresponde aos subúrbios da cidade. Como explicar este paradoxo? O tráfico de drogas, violento no seu estilo, especialmente nos subúrbios, afeta a vida social e cultural da região. Mas a guerra não altera tudo e, onde a vizinhança tem papel fundamental, relações comunitárias ficam fortalecidas.

1. A importância da vizinhança e da lógica comunitária no subúrbio

Uma recorrência nas pesquisas etnográficas realizadas pelo NUPEVI é a percepção da importância da vizinhança, principalmente em bairros pobres da cidade do Rio de Janeiro. Ter vizinhos que o aceitam e o ajudam, uma rede de amigos e solidariedade, é muito importante para moradores de subúrbio. A organização em torno de diversos tipos de associação é clara, mesmo diante das transformações encontradas hoje.

Em nossas últimas pesquisas etnográficas, incluímos algumas perguntas que dessem conta da inserção comunitária (em um sentido amplo) dos entrevistados, e como era a relação estabelecida com seus vizinhos, com seu bairro e com a cidade de uma maneira mais geral. O que encontramos foram muitos moradores que não estariam dispostos a deixar sua vizinhança, nem a cidade do Rio de Janeiro, pois tinham vínculos afetivo com vizinhos e amigos, vínculos familiares fortes (filhos, pais, netos, irmãos, sobrinhos morando perto), além dos tradicionais vínculos profissionais.

Antes de se falar em Políticas Públicas, Políticas e Projetos Sociais cujo foco era as vizinhanças, vários tipos de associação já operavam na lógica da ajuda comunitária e do fortalecimento dos vínculos. Escolas de samba e Comunidades de Terreiros tinham uma perspectiva de que era preciso fortalecer a comunidade, a vizinhança, se proteger, estudar e buscar o conhecimento, por que o conhecimento afastaria a falta de informação que faz o morador de tais locais vulnerável às manipulações políticas, entre tantas outras. Esta falta de informações à qual nos referimos poderia vir na figura de políticos clientelistas, interessados no voto e na posterior eleição que aquela comunidade poderia trazer, nos fundamentalismos religiosos, que mesmo não tão fortes como em outros países do ocidente, ressurgem no final do século de maneira inquestionável. A falta de informações, sempre aliada à ausência de laços sociais fortes entre vizinhos, ainda carrega consigo as diversas formas de discriminação, violência de todos os tipos, auxiliando a pobreza a permanecer por deixar as relações com pouco espaço para mediações, sociabilidades e capacidades de organizar-se formalmente.

A noção de comunidade aparecia nos discursos de maneira muito clara, e o pertencimento dicotômico era sempre tratado em termos do 'nós' versus os 'outros'. Esses outros podiam ser os traficantes desconhecidos (que não cresceram no local), os vários pesquisadores que estavam no bairro (e na favela) naquela época, funcionários da prefeitura, migrantes e fundadores e participantes de organizações não



governamentais. Os 'outros' eram uma ameaça à 'tradição' e a uma suposta união comunitária que passava pelos laços de parentesco, amizade e compadrio.

O pertencimento à comunidade podia ser também objeto de conflito. Nem sempre os laços de parentesco, amizade e compadrio dão (e davam) conta das tensões que porventura apareciam: os projetos individuais por vezes não coadunavam com os projetos comunitários e isso podia ser percebido pela ausência de apoio ao político escolhido pelo grupo local, pela tentativa de se estabelecer laços institucionais com a comunidade mesmo que se contrariasse a família, entre outros motivos.

Os sentidos de pertencimento comunitário podem ser expressos de diferentes maneiras. Os vizinhos em Madureira se definem enquanto comunidade de uma maneira muito diferente, por exemplo, que os moradores do morro do Salgueiro ou de Padre Miguel, bairros que ficam em outras regiões da cidade. O que torna o sentido comunitário amplo? Em sociedades modernas, onde identidades fragmentadas imperam, uma pessoa pode fazer parte de diversas comunidades, lutar por suas demandas, defender tradições ou inovações, se compromissar ou simplesmente se afastar. Podem ser criados laços de confiança, que poderão garantir a manutenção de suas redes sociais, ou então o cálculo utilitário e a ausência da reciprocidade que esfacelam o cimento dessas mesmas relações. Mas geralmente fazem parte de apenas uma vizinhança, que é estabelecida pelos vizinhos, criando um espaço territorial carregado de símbolos de pertencimento.

2. Voltando ao passado

Como se organizavam as vizinhanças e as comunidades nos séculos XVIII e XIX no Rio de Janeiro? Aspectos importantes como religião, organização para o trabalho e lazer fazem parte desta resposta.

A população negra, a livre e a escravizada, juntou esforços para articular a alforria de seus companheiros – a existência religiosa, tanto por parte dos praticantes do que hoje pode ser reunido no conjunto de religiões afro-brasileiras, quanto dos praticantes do catolicismo fomentou um comprometimento necessário de ajuda mútua. Algumas dessas sociedades de ajuda mútua objetivavam não apenas a alforria de seus membros, criando fundos de emancipação, mas também a possibilidade de se conseguir a alforria para outros membros da família, posses, educação para seus filhos e trabalho (Gomes, 2005).

A própria idéia corrente de que os negros não tinham capacidade associativa, perspectiva familiar e pouca participação política nos anos de cativo no Brasil, foi amplamente refutada em pesquisas sobre a família escrava (Slenes, 1999), a busca pela cidadania pós-alforria (Mattos & Lugão, 2005), as associações negras pré e pós-emancipação (Gomes, 2005; Gomes & Cunha, 2007).

Paralelamente, populações negras e pobres recriaram no período suas perspectivas culturais, mas, sobretudo suas filiações religiosas. A existência de irmandades dedicadas a santos católicos, que funcionavam como uma família ampliada para os seus membros, e ainda as emergentes comunidades de terreiros, funcionavam naquele momento como o cimento social necessário para se criar uma cultura associativista.

Ao longo do século XX, podemos ver em diversas partes do Brasil, mas principalmente do Rio de Janeiro, que é o foco de nossa pesquisa, a permanência de muitas destas associações e o fortalecimento de algumas. Os sindicatos profissionais foram tomando um vulto importantíssimo para a formação de identidades comunitárias, tanto quanto as profissionais. Ser do Cais do Porto, por exemplo, representava até a década de 1980, garantias de salário fixo e uma vida digna para toda família. Isso significava a possibilidade de se adquirir um bom imóvel, ter um bom salário, alimentação para os filhos e possibilidades educacionais.

Além disso, alguns dos cargos do Cais do Porto eram herdados ou repassados para a família, possibilitando mobilidade social para outros membros do mesmo grupo social. Os carregadores, arrumadores e os 'fiéis' do Cais do Porto se ajudavam entre si, assim como a sua comunidade, a melhorar. Não era raro que alguns



tivessem importância política local e contatos com outras esferas do governo, que ajudassem a beneficiar suas vizinhanças com uma bica de água ou um bico de luz¹. Mais do que ser do Cais do Porto, conseguir um emprego público significava o auge do prestígio conseguido entre os membros das diversas comunidades das quais se fazia parte ou da sua própria vizinhança, pela possibilidade de mediação junto ao poder público².

Neste contexto, Sidney Chalhoub aponta a importância alcançada pela solidariedade e pelo espírito comunitário via trabalho, em seu livro *Trabalho, Lar e Botequim*. Este autor apontará que, os trabalhadores do cais tinham uma relação tão fortalecida e um senso de pertencimento tão grande, que mesmo quando acontecia algum crime envolvendo os seus, a dificuldade em se arrumar testemunhas que depusessem contra o réu era grande e a tendência era a de resolver os problemas por eles mesmos, ou dentro de suas representações políticas profissionais. Nas palavras de Chalhoub "... este fato parece indicar um certo acordo tácito entre esses homens de resolver suas desavenças entre eles apenas, recusando, sempre que possível, a mediação das autoridades policiais e judiciais" (2001:155)

Isso é interessante na medida em que cria um paradigma: ao mesmo tempo em que estes trabalhadores estão competindo individualmente por melhores condições de trabalho, salários e garantias em seus empregos, a necessidade de sobrevivência é forte e "se traduz também na construção de redes de solidariedade e ajuda mútua entre familiares, amigos e vizinhos, que visam viabilizar a reprodução da existência de todos" (CHALHOUB, 2001:152).

Em algumas entrevistas recentes, este espírito comunitário trazido pelo mundo do trabalho, se faz presente. É o caso de uma ativa participante da Portela, que teve sua criação garantida, pois como seus tios eram do Cais do Porto, sempre arrumaram trabalho para seu ex-padrasto. Eles não davam dinheiro diretamente à irmã, mãe da entrevistada, mas cuidavam para que seu marido sempre tivesse trabalho e pudesse assim cuidar dos sobrinhos, mesmo os que não eram filhos dele.

3. As associações culturais e sua importância na dinâmica da vizinhança

Ainda trazendo a religião, organização para o trabalho e o lazer como ponto importante de análise, percebemos outros dados: geração, gênero, cor/raça se pensados em conjunto, nos revelam dados de fundamental importância.

A presença, por exemplo, que os idosos têm na vida cultural e social dos locais e das organizações vicinais que fundaram, especialmente as escolas de samba, já não são mais apenas vicinais. Esses profissionais de geração mais velha são compositores, integrantes das velhas-guardas, dos departamentos sociais, intérpretes, destaques, porta-bandeiras e mestres-salas e administradores das escolas de samba, tornam-se fundamentais na dinâmica de projetos sociais implantados hoje.

Os mais velhos ocupam um local de suma importância nos espaços familiares, de trabalho e de lazer, ressaltando a importância da memória dos mesmos e o fato de terem aprendido seus ofícios, tanto no mundo do trabalho, quanto no samba, a partir de uma tradição passada pelos mais velhos, principalmente por meio da história oral. A importância dos idosos também aparece na família, onde os mesmos cuidavam de sua educação, fazendo parte da família ou não, dando conselhos, orientando inclusive para o estudo, encaminhando-os, sem obrigações formais, para longe de atos violentos.

A tradição ou raiz dentro das escolas de samba vem, portanto, tanto do conhecimento de como se faz samba como do espírito comunitário, ou solidário em redes mais sólidas, porque entrecruzadas, nos laços de vizinhança e parentesco, marcado pelas famílias fundadoras das escolas de samba.

São esses idosos que apresentam uma face do princípio moderno da reciprocidade. Ampliam os laços para além da família, orientando jovens que estão em um momento de "vulnerabilidade" própria da idade, investindo na preservação da memória de seu grupo social, da mesma maneira em que afasta a perda de



seus papéis sociais (e o antigo isolamento da esfera social) já que essa fase da vida – velhice – não é mais residual, é um espaço de rearticulação e re-socialização.

É possível entender assim que, antes mesmo da existência de projetos culturais e sociais, já existia a preocupação de várias lideranças comunitárias em passar adiante a tradição do samba, mas, bem mais do que isso, cuidar também para que no cotidiano os fundadores ou “baluartes” fossem reconhecidos por sua autoridade e prestígio social. É sobre a importância atualmente exercida pelos idosos, especialmente as mulheres idosas que centralizam extensas redes de sociabilidade que já ultrapassaram a favela e o bairro, que esse trabalho se debruça.

Portanto, devido à pobreza, à escassez de trabalho e à pouca escolaridade encontrada em muitos dos locais pesquisados, faz-se necessário a implementação de projetos que retirem os jovens da situação de vulnerabilidade que tais projetos sejam calcados nas relações intergeracionais, ou seja, possibilitando a convivência dos jovens com os vizinhos de outras gerações que carregam os valores e regras da convivência no local. Tais projetos devem igualmente habilitar os jovens para o trabalho, a escola e a transmissão da cultura local. Nesse caso, a transmissão que se dá é a da cultura afro-brasileira e/ou carioca, no caso das escolas de samba, ou a da cultura e das religiões afro-brasileiras, no caso das comunidades de terreiros.

Uma de nossas hipóteses é que projetos sócio-culturais ou organizados por associações culturais e religiosas no Rio de Janeiro, baseadas nas relações intergeracionais, têm mais chances de sucesso. Putnam (2003a), (2006b), em seu estudo sobre cultura cívica, aponta a importância da participação de adultos e idosos em suas comunidades, como forma de manutenção social, da cultura cívica e dos índices de capital social. Este capital social é medido em grande parte pela confiança estabelecida nas relações comunitárias. De outra forma, o que Putnam considera e chama de confiança, pode ser considerado o conceito de respeito com que Richard Sennett (1998a); (2005b) trabalha, o qual imobiliza e ameniza a corrosão do caráter numa sociedade pós-industrial.

Além disso, Putnam ainda aponta a importância da religião (não dos fundamentalismos religiosos que criam a intolerância) e do apoio governamental a estas, pois em sociedades individualistas e deterioradas a religião se mostra um importante cimento para a cultura cívica e para a obtenção do capital social.

Um outro aspecto é o de gênero. Qual é o papel que as mulheres exercem em suas comunidades, principalmente as de santo e as de samba? Como são as hierarquias e os níveis de cooperação desenvolvidos por elas nos seus espaços de sociabilidade? De quem é a função da transmissão da cultura oral, dos homens ou das mulheres ou de ambos? De quem é a responsabilidade pelos projetos e como estes foram iniciados?

Na sociedade urbana brasileira, onde o poder (inclusive o religioso) é masculino, para além da família, alguns espaços guardam ainda hoje certa matrifocalidade e liderança feminina, como o candomblé e o samba. No candomblé é reconhecida a importância das mulheres, as ialorixás, mães de muitos, cuidando de suas comunidades de terreiros, de seus filhos de santo e sangue, da parte física e espiritual. Nestas comunidades a importância não está na idade biológica e sim na idade de santo feito; a geração está no tempo de feitura para os orixás, o que não significa que os mais velhos (em termos etários) não sejam devidamente respeitados.

As escolas de samba também seriam espaços democráticos onde as mulheres, muitas delas negras, compartilham projetos sociais e convivem com outras mulheres e homens, onde a questão da geração está presente na transformação e manutenção da tradição. As mulheres têm, ao longo do século XX, ocupado lugares de destaque nas escolas de samba do Rio de Janeiro e na própria política cultural derivada dela. Famosas e anônimas, buscam projeção pela e para suas comunidades, trazendo a importância do grupo ou da vizinhança dos quais fazem parte.

Primeiro foram as fundadoras e as mulheres dos fundadores das escolas de samba, que tentavam manter a união dos participantes. Não apenas ocupando posições que reforçassem os estereótipos dos papéis



femininos – cozinhar, limpar e costurar (organizando a confecção das fantasias) pela escola, mas organizando o próprio desfile. Organizadas em um primeiro momento em torno dos departamentos femininos, algumas destas mulheres tinham grande poder decisório e se transformaram em responsáveis oficiais pela arrecadação de fundos para a manutenção das escolas, pela organização de festividades religiosas e, um pouco menos, as festas nas quadras, tais como carreatas, procissões e missas, que saem das quadras. Ainda hoje o Departamento Feminino existe em muitas escolas e assim como a Ala das Baianas, tornaram-se referências e cartões de visita para a própria comunidade, a do samba, e em alguns casos, a da vizinhança onde a escola está localizada.

Hoje ocupam cargos nas presidências da escola, de ala, compositoras, responsáveis pelo desenvolvimento de projetos sociais nas quadras das escolas.

4. Relações de vizinhança, apoio comunitário: alguns exemplos

No final da década de 1990, percebemos certa mobilização dos moradores para institucionalizar o que já era prática corrente desde a década de 1970: a preocupação com o desemprego, a falta de escolaridade e de perspectiva que acompanhava os jovens locais, o que os tornava “vulneráveis” para aceitar qualquer trabalho no comando do tráfico local, além de “empurrá-los” também a outros tipos de crime: roubos e furtos de pessoas e carros, por exemplo. Era esta conexão feita por alguns moradores preocupados com a ociosidade presente entre muitos jovens no momento. Na pesquisa que durou de 1998 a 2002, havia grande preocupação com as agressões físicas e a possibilidade de violência dos bailes funk, também chamados “de briga” ou “de corredor” por envolverem galeras que se consideravam “inimigas”³. Era mais um motivo para aqueles jovens serem criminalizados e esta era uma preocupação.

Em um determinado momento, chegou-se inclusive a propor cursos e campeonatos de rima e ritmo para que os jovens pudessem expressar a cultura funk no bairro estudado. O projeto Rio Funk, patrocinado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, tinha a orientação de assistentes sociais e agentes comunitários e propunha naquele momento dar voz e espaço aos funkeiros locais.

Já para o final da década de 1990, ainda sob efeito de várias discussões sobre o funk, alguns dos entrevistados passaram também a investir em cursos profissionalizantes de adereços e fantasias para o carnaval, onde jovens aprendiam um ofício, financiados muitas vezes com o salário dos moradores e da diretoria da associação de moradores. Em algum momento, na tentativa de profissionalização e de virar um projeto, chegaram a ter verba do Banco Mundial. Além do curso de fantasias e adereços, havia também aulas de percussão de jongo e de samba para os interessados, cujas aulas eram ministradas pelos próprios moradores voluntariamente.

O que estava em jogo naquele momento era a tentativa de se instituir políticas sociais sérias, voltadas à juventude, onde, mesmo que indiretamente houvesse um controle de educadores, pais, responsáveis, vizinhos – adultos – e que dessem alguma perspectiva ou profissionalização. Eram vários exemplos que estavam em jogo: os primeiros projetos esportivos, surgidos na favela da Mangueira ainda em meados dos anos 1980 e que se desdobrou para outras favelas, a fundação e o crescimento do Centro Cultural AfroReggae em Vigário Geral em 1993, indicavam que aquele era ‘o’ caminho certo. Aliado a isso, tínhamos ainda na década de 1990, certa euforia das organizações não-governamentais, o dólar estava numa paridade de aproximadamente 3 reais para 1 dólar, o que trazia certa segurança para quem tinha parceiros internacionais.

Dito assim parece simplista, pois tenta dar conta de como se pode ter um projeto ‘salvador’ para as comunidades locais, enquanto elas enfrentam problemas que são globais, já que a preocupação com a ociosidade da juventude e de problemas relacionados a atividades criminosas não são exclusividade de nós, brasileiros.



De outra maneira, estes problemas também podem ser considerados estruturais em nosso país, fruto da ausência de políticas públicas e da garantia de direitos sociais básicos, além da alienação de muitos dos direitos civis, quando nos referimos a bairros proletários, deteriorados, sejam subúrbios ou favelas.

A situação naquele momento era a seguinte: o projeto de alegorias e adereços na Serrinha, favela localizada no subúrbio de Madureira, existia enquanto prática comunitária desde 1982, quando a primeira escola de samba mirim foi fundada – o Império do Futuro. Até aquele momento não era pensada nem praticada como um projeto social, com gestores locais, verbas e posteriores prestações de contas.

A tradicional escola de samba da Mangueira, do grupo mais importante do Desfile de Carnaval, havia iniciado seus projetos um pouco mais tarde, em 1985, mas ao final da década de 1990 já tinha parcerias invejáveis e atendia várias turmas de jovens e adultos ao longo do mês, sempre com uma ampla variedade de cursos. Conseguiu, ainda durante o período, construir uma Vila Olímpica que funcionava e competia profissionalmente, com parcerias com a Xérox do Brasil, as Organizações Globo e a Petrobrás. A escola de samba da Mangueira se institucionalizou, virou empresa parceira e cidadã nos moldes da responsabilidade social então emergente. Por fim, a Mangueira se tornou um paradigma para outras tantas escolas de samba.

A favela da Serrinha, de onde surgiu a Escola de Samba Império Serrano, viu nascer neste período o Centro Cultural de Jongos da Serrinha (CCJS). Iniciado pelo Mestre Darcy do Jongos, o projeto passou a ser executado por vários de seus parentes, músicos e pesquisadores profissionais, não o mesmo grupo que havia fundado a escola de samba mirim. Como na Escola de Samba da Mangueira, no CCJS havia espaços que funcionavam como escola e como creche para os moradores, e ainda escolas de dança e de percussão. Laços comunitários foram re-estabelecidos, outros foram criados.

O associativismo no Brasil mudou de face e temos hoje convivendo nas mesmas redes, antigas associações comunitárias, organizações não governamentais, organizações governamentais e empresas. As próprias escolas de samba assumiram um caráter empresarial, embora mantenham as raízes comunitárias. Nelas trabalham voluntários, funcionários e trabalhadores autônomos, numa mistura de situações de trabalho que provocam tensões. Cada uma delas assume papéis distintos na (re) construção da cidadania e na implantação de políticas sociais.

Tudo isso se passa no novo contexto internacional da globalização da economia, da cultura e do enfraquecimento do Estado. Novas formas de políticas locais, com parcerias entre o não governamental, o empresarial e o estatal tornaram-se corriqueiras. Mas também o crime organizado, também globalizado, se expandiu, criando demandas para as áreas de saúde, educação, trabalho e segurança pública. É nesse contexto ainda não consolidado, cheio de possibilidades e indagações, que a cultura, e principalmente a cultura do associativismo se modifica. A “comunidade” ou a vizinhança solidária é desnaturalizada, mas não destruída completamente. O que vai acontecer com a cultura local, principalmente as atividades recreativas do esporte e da música que se tornaram parte da nova indústria do entretenimento, abrem novas perspectivas e novos problemas.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt (2003), *Comunidade – A busca por segurança no mundo atual*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- BAUMAN, Zygmunt (2005), *Identidade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- CHALHOUB, Sidney (2001), *Trabalho, lar e botequim*, Campinas, Editora Unicamp.
- D'ARAUJO, Maria Celina (2003), *Capital Social*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- GOMES, Flavio & CUNHA, Olívia Maria Gomes da (2007), *Quase cidadão*, Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas.



- GOMES, Flavio (2005), *Negros e Política (1888-1937)*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- GONÇALVES, Maria Alice Rezende (2003), *A Vila Olímpica da Verde e Rosa*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora.
- KUSCHNIR, Karina (2000), *O Cotidiano da Política*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- KUSCHNIR, Karina (2007), *Antropologia da Política*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- LANDES, Ruth (2002), *A Cidade das Mulheres*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ.
- MATTOS, Hebe & LUGÃO, Ana Maria (2005), *Memórias do Cativo*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.
- PRANDI, Reginaldo (2003), *Segredos Guardados – Orixás na alma brasileira*, São Paulo, Companhia das Letras.
- PUTNAM, Robert D. (2003), *Vamos jogar juntos*, Protocolo disponível em http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/2_vamos%20jogar%20juntos.PDF [Data de acesso: 5 de maio de 2008]
- PUTNAM, Robert D. (2006), *Comunidade e Democracia – A experiência da Itália moderna*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora.
- RIBEIRO, Ana Paula Alves (2003), *Samba são pés que passam fecundando o chão... Madureira: Sociabilidade e Conflito em um subúrbio musical*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- SENNETT, Richard (1998), *A corrosão do caráter*, Rio de Janeiro, Editora Record.
- SENNETT, Richard (2005), *Respeito*, Rio de Janeiro, Editora Record.
- SLENES, Robert W (1999), *Na Senzala, uma flor*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira.
- ZALUAR, Alba (1985), *A Máquina e a Revolta*, São Paulo, Editora Brasiliense.
- ZALUAR, Alba (1998). "Para não dizer que não falei de samba", IN: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.), *História da Vida Privada no Brasil volume 4 – Contrastes da intimidade contemporânea*, São Paulo, Editora Companhia das Letras.
- ZALUAR, Alba (2004), *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*, Rio de Janeiro, Editora FGV.

¹Ao mesmo tempo que algumas destas relações comunitárias foram fortalecidas, outras podem se esfacelar pela importância que uma rede política recebe mais do que a outra. A estratégia de receber todos os políticos e não firmar acordo com nenhum.

² Diversas entrevistas apontam a importância e o orgulho de se fazer parte destas famílias. O que podemos ler como clientelismo político, Kushnir aponta que é uma saída geracional e não um puro clientelismo, já que os atores sociais envolvidos acreditam nestas estratégias.

³ Em um momento em que o funk foi associado com ausência de politização da juventude negra e pobre, e ainda foi vinculado aos arrastões ocorridos na década de 1990, o funk passou a ser criminalizado e seus bailes só poderiam acontecer com a autorização da polícia militar, pedida, em muitos casos pelas associações de moradores, donos de clubes e equipes de som.